

A DIMENSÃO “MACHISTA” DA CIÊNCIA

Hilton Japiassu

Departamento de Filosofia – UFRJ

Minha intenção, no presente artigo, é a de fornecer certos elementos permitindo-nos compreender como a **ciência moderna** (a que se constituiu a partir do século XVII) já nasceu como instituição marcada por “patriarcal” e “machista”. Desde sua instauração, esteve fundada numa “filosofia masculina” doravante preocupada em salvar e em cultivar a **racionalidade** e a **objetividade**. E o que pretendo mostrar é que esse culto da racionalidade científica está intimamente ligado a um movimento de repressão abusiva dos sentimentos e da sensualidade, conseqüentemente, a uma tendência em se estabelecer “objetivamente” a inferioridade da inteligência feminina. Em outras palavras: diria que a ciência moderna é portadora, desde seu nascimento, de uma dimensão tipicamente machista. Evidentemente, essa dimensão não lhe é intrínseca. Trata-se de uma velha herança cultural. É um produto da cultura. Por isso, antes de analisarmos o “machismo” da ciência moderna, convém lembrar, embora sumariamente, algumas das **condições** históricas, sócio-econômicas e ideológicas em que ela se constituiu e desenvolveu.

1. A ciência enquanto fenômeno sócio-cultural

A ciência moderna, também chamada de “ocidental”, não surgiu pronta da cabeça de alguns sábios. Ela é um produto cultural. Seu lugar de nascimento e sua morada não se situam num céu qualquer das idéias. Tampouco se encontram instalados em um vago mundo das chamadas “verdades científicas”. Pelo contrário, enraízam-se na própria sociedade, num solo irrigado por múltiplas determinações. Nele os cientistas são reconhecidos como **produtores** de idéias, de teorias e de experiências. Muito embora não sejam produtores diretos de mercadorias e de máquinas, nem por isso a produção científica deixa de submeter-se às mesmas determinações das demais produções. Com efeito, a evolução da sociedade européia, sobretudo a partir do século XV, não somente criou as condições favoráveis ao surgimento de um **novo saber**, mas a “necessidade” de tal saber. Mencionemos, por exemplo, dois fenômenos importantes: de um lado, o renascimento dos centros urbanos; do outro, um vasto movimento de inovação e de expansão no domínio das técnicas. Aos poucos, foram sendo criados importantes centros comerciais e bancários. Ganha importância crescente toda uma categoria de “**empresários**” prefigurando os do

capitalismo moderno. A sociedade, que até então era regida por valores práticos e hábitos mentais de tipo rural e feudal, adquire uma nova dinâmica. Ela deixa de centrar-se em Deus, em doutrinas religiosas, para centrar-se no comércio, na indústria e na busca do lucro. O mundo dominado pelas Catedrais passa a ser dominado pelos bancos. O sistema mercantilista nascente tem necessidade de conhecimentos práticos ou teóricos distintos dos conhecimentos religiosos. Em outras palavras: a burguesia emergente se mostra muito interessada no aperfeiçoamento de seus instrumentos intelectuais. Ao lado de uma cultura literária e de expressão religiosa, surge uma cultura leiga, burguesa e técnica.

Não foi por acaso que a ciência moderna nasceu com o advento do sistema mercantilista. Não surgiu como atividade pura e desinteressada, como uma aventura espiritual. Mas dentro de amplo contexto histórico, inseparável de um movimento visando a **racionalização** da existência. É todo o desenvolvimento da sociedade comercial, industrial, científica e técnica, que se inscreve no programa prático da racionalidade burguesa. Assim, a burguesia nascente, que logo se instalaria no poder, tem necessidade de um sistema de produção permitindo-lhe exploração sempre maior e mais eficaz da Natureza. E tal sistema não tarda a fazer apelo a um novo tipo de trabalhador: o cientista. Doravante, cabe-lhe a responsabilidade de detectar as leis gerais da Natureza. Quanto ao trabalho propriamente produtivo (fabricação de bens de consumo, de máquinas etc.), é da alçada dos artesãos e engenheiros: estes utilizam as descobertas científicas em termos de aplicações particulares.

Desde o surgimento do sistema capitalista, os cientistas nele ocupam uma posição bastante particular e ambígua: de um lado, aparecem como pesquisadores totalmente separados da sociedade, inteiramente isentos dos compromissos com a produção direta; do outro, passam a ser considerados os principais agentes do sistema de produção. Esta situação paradoxal dos cientistas está na origem de duas concepções falsas da ciência: a primeira, pretendendo que a ciência tem um desenvolvimento próprio, autônomo e independente da vida social: seu progresso se explica apenas por sua dinâmica interna, vale dizer, por um internalismo histórico estabelecendo uma espécie de vínculo interno entre ciência e técnica; a segunda, ao contrário, negando à ciência toda e qualquer gratuidade ou desinteresse. A primeira posição converte o cientista em um nimbus perdido nas nuvens, pairando acima do social e da história. A segunda faz dele um agente direto do sistema produtivo. Ora, a atividade científica não pode ser definida, nem por um idealismo simplista (primeira posição), nem tampouco por uma espécie de marxismo mecanicista (segunda posição).

Quando dizemos que a atividade científica constitui um produto cultural, que se encontra estreitamente vinculada a exigências sócio-eco-

nômicas, não estamos querendo negar sua autonomia relativa. Também é relativa sua dependência das condições sociais. Esta dependência relativa, que explica a objetividade e a perenidade da atividade científica, significa, ao mesmo tempo, o preço que o sistema capitalista precisa pagar para aumentar sua produtividade e o meio de que precisa dispor para ampliar seus lucros e poder.

Há um fato incontestável: no final do século XVIII, todos parecem possuídos de um incrível otimismo na eficácia da ciência. A confiança que todos nela depositam é praticamente ilimitada. A ciência, em seu conjunto, passa a funcionar segundo normas “ontológicas” e metodológicas diretamente ditadas por uma “visão do mundo” bem determinada, obcecada por um racionalismo quantificador e calculador e, ao mesmo tempo, fundada num mecanicismo triunfante. O racionalismo quantificador muito contribuiu para o surgimento de uma nova concepção da Natureza. Esta era, até então, concebida como conjunto de forças agindo de modo mais ou menos arbitrário, obedecendo a seus próprios caprichos. Os representantes do pensamento calculador, ao contrário, estão preocupados com a “ordem” e com a “racionalidade”. E transpõem, para o mundo físico, as exigências de uma ordem e de uma racionalidade. A Natureza, tal como o mundo social, precisa obedecer a uma **ordem racional**. Decreta-se o fim de uma Natureza como fonte de dons gratuitos. Decreta-se o fim dos milagres. Doravante, a Natureza deve submeter-se às normas racionais de uma ciência experimental, pois esta se coaduna com os ideais práticos de uma sociedade de negociantes, de industriais e de engenheiros.

Ademais, o mecanicismo é a filosofia que se explicita no início do século XVII, postulando que todos os fenômenos naturais devem ser explicáveis por referência à **matéria em movimento**. A metáfora que serve de base a essa filosofia é a da **máquina**. O mundo, em seu conjunto, apresenta-se como espécie de sistema mecânico. E o objetivo da ciência é elucidado: qualquer que seja o fenômeno estudado, trata-se de evidenciar certos elementos últimos e de descobrir as leis que presidem suas interações. O mecanicismo converte-se no programa geral da ciência moderna. A ambição dos cientistas é a de ampliar sempre mais as explicações de tipo mecanicista da realidade. Mas o que se oculta, por detrás da metáfora da máquina, não é somente um desejo de conhecimento “puro”, mas todo um projeto prático de dominação e de manipulação. A ciência moderna se impõe como instrumento de ação, como empreendimento operatório, como resposta às exigências de eficácia prática. Na escolha mesma de seus temas (cinemática, dinâmica, hidráulica etc.) e na escolha de seus procedimentos (quantificação, experimentação), a nova ciência se revela submetida às principais exigências da sociedade. E a metodologia experimental nada mais é que a transposição, para o nível das atividades culturais consideradas nobres, dos procedimentos de controle caros aos empreendedores

realistas. Porque a finalidade da ciência, como reconhece Bossuet, é a de **mudar a face do mundo**. Por mais que digam o contrário certos historiadores idealistas da ciência, os trabalhos teóricos de Galileu e de seus sucessores situam-se no prolongamento direto do movimento sócio-cultural de sua época. É pela ciência que o homem tem acesso à **realidade**. É por ela que se chega objetivamente à natureza das coisas. A ciência é o melhor dos conhecimentos. Por isso, torna-se necessário abordar todas as situações "cientificamente". A conseqüência posterior é a seguinte: é legítimo confiar à competência dos cientistas o cuidado de organizar e de dirigir a sociedade.

Essa confiança no poder da ciência marca profundamente os filósofos, notadamente posteriores a Kant. Praticamente todos passam a apresentar suas meditações e seus sistemas como estando fundados em bases científicas. E encontram mesmo uma dupla explicação para esse fato: a) acreditam ter encontrado o indispensável rigor demonstrativo e, ao mesmo tempo, estar em condições de expressar uma grande fidelidade ao real; b) não estão dispostos a permitir que sua produção intelectual fique privada da enorme credibilidade conferida por todo estudo empreendido em nome de uma ciência. Passam a adotar essa posição, por exemplo, Fichte, Comte, Hegel e Marx. E essa tradição, embora não faça a unanimidade, prolonga-se até nossos dias. Diria mesmo que, em nosso atual transtorno cultural, tudo parece agonizar em torno da racionalidade científica. Somente a ciência se mantém numa certa estabilidade. Seu dinamismo parece incansável. Tudo indica que se tornou impossível vivermos sem a ciência. Podemos ainda pensar independentemente dela? Se não podemos mais pensar e viver sem ela, talvez dela morreremos, quem sabe?

Ainda é imensa, em nossos dias, a confiança depositada na ciência e em seus êxitos retumbantes. Para o grande público, o poder da ciência é de essência quase mística e, certamente, irracional. Sua autoridade é ao mesmo tempo indiscutível e incompreensível. Por apresentar-se como estando fundada única e exclusivamente na Razão, parece possuir um valor em si. E tudo o que se recomenda de sua racionalidade passa, **ipso facto**, a ser justificado e legitimado socialmente. É como se ela fosse uma espécie de poder onipotente, de mágica admirada e temida, de gigantesco processo industrializado de produção de conhecimentos tendo em vista a produção de bens. Ademais, ela se impõe como o paradigma por excelência de toda verdade. Somente ela, em sua coerência rigorosa e vingadora, estaria em condições de resolver todos os problemas humanos, de extirpar todas as nossas ignorâncias, de dar respostas corretas a todas as nossas esperanças e a pôr um fim a todas as nossas ilusões. E isto, porque somente ela estaria em condições de fornecer-nos um conhecimento **racional e objetivo da realidade**, levando-nos a crer que as medidas tomadas nos planos econômico e político o são em conformidade com as exigências da "objetividade" que somente ela preencheria. E como somente ela pretende

saber o verdadeiro, apenas ela teria condições de dizer-nos o que é bom.

No início do século XIX, o saber científico é considerado sistema bem formado e coerente de conhecimentos, como sistema relativamente simples onde o bom-senso pode ingressar a partir de princípios universais e pouco numerosos. Mas este saber já se impõe como bastante fiel ao real para ser utilizado como conjunto de estratégias perfeitamente adaptadas às práticas sociais. Assim, os contemporâneos de Laplace (Comte, Lagrange) estão conscientes de que esse momento geral, claro e eficaz é capaz de esgotar nossas exigências de rigor e de precisão. Ademais, está em condições de fornecer respostas e soluções à altura da amplitude de nossas necessidades humanas. Doravante, a ciência já se julga suficientemente forte para suplantar e substituir todas as demais formações culturais: mitos religiosos, ideologias metafísicas, saberes estéticos etc. A convicção reinante é a de que, uma vez tornado científico o estudo dos grupos humanos e da história política, estaria concluída a aventura da humanidade. A História teria alcançado seu termo. A rigor, ainda se concebe o progresso indefinido das técnicas. Mas a compreensão exaustiva do real parecia estar muito próxima. As soluções práticas para os problemas concretos seriam encontradas tão logo eles fossem bem colocados. Predomina a idéia de que o real é racional. E à humanidade só se coloca problemas que têm condições de resolver. A ciência suspende a dúvida, promete a felicidade e assegura que todos os problemas e todas as soluções nascem dela e passam por ela. Trata-se de um fato social total. Contra essa fatalidade, nada se pode fazer. Nenhuma questão nova — de economia, de prática, de moral, de cultura ou de política — escapa totalmente ao campo de influência da racionalidade científica. Inúmeras dúvidas podem ser levantadas, mas quanto ao funcionamento e às performances dessa racionalidade. Mas não são capazes de abalar o fato histórico de uma ciência triunfante e onipotente. Encontra-se assegurado do domínio da Natureza. Torna-se necessário, doravante, dominar os homens.

Esse desejo de dominação é inerente à ciência moderna. Desde seu nascimento, ela se identifica com o poder: “saber é poder” (Bacon). Assim, no período que antecede imediatamente à elaboração das ciências da natureza (mecânica e física), as idéias dominantes constituem um obstáculo evidente à formação dos conceitos necessários à apropriação da realidade dos fenômenos. Permanece tão forte a relação entre a concepção do mundo físico e as idéias reinantes, que a elucidação e a apropriação da realidade física chegam mesmo a abalar os fundamentos da sociedade de então. Não foi por acaso que o *De Revolutionibus orbium coelestium* de Copérnico só foi publicado depois de sua morte (1543). Também não foi por acaso que Galileu teve de reconhecer publicamente seus “erros” (1663) e que Descartes se viu obrigado a engavetar sua obra *O mundo: tratado da luz*, para só ser publicado postumamente (1662).

Mas esse espírito de independência dos cientistas logo passa a ser objeto de controle. Não é nas universidades, mas em instituições novas reconhecidas pelo Estado que eles desenvolvem seus trabalhos: na **Royal Society of Sciences** de Londres (1662) e na **Académie des Sciences** de Paris (1666). Portanto, o vínculo entre os cientistas e o poder é estabelecido muito cedo, como provam as inestimáveis contribuições de Leonardo da Vinci e de Galileu aos progressos da artilharia. Apesar disso, a capacidade de questionamento das idéias dominantes e das instituições, representada pelo conhecimento científico, continua a conferir-lhe um aspeto crítico e revolucionário. Por exemplo, é do racionalismo científico que irão reclamar-se os Enciclopedistas; também é dele que irá reclamar-se Fourier em sua análise social; dele irão reclamar-se ainda Kant, Hegel, Marx e Engels: por mais diferentes que eles sejam, extraem dos êxitos das ciências naturais a confiança de que precisam para atacar os problemas do homem e da sociedade.

No entanto, podemos dizer que as ciências naturais nunca estiveram totalmente separadas da ideologia dominante da sociedade que tornou possível sua emergência e seu progresso. Porque toda sociedade produz conhecimentos que constituem uma **apropriação do mundo** adaptada a certo modo de vida, a certa organização coletiva e a certos valores sócio-culturais. Neste contexto, a chamada "pesquisa pura" só pode ser uma atividade lúdica. Aliás, a partir do século XVI, o conhecimento deixa de ser uma atividade do "otium" (ciências puras) para converter-se num "negotium". Em outras palavras: as pesquisas científicas já nascem vinculadas ao poder político. E sempre estiveram, de uma forma ou de outra, a seu serviço.

Todavia, diferentemente dos imperadores gregos e romanos, que dirigiam a Cidade porque eram livres; diferentemente dos reis, que governavam em nome de Deus, a burguesia nascente, ao apropriar-se da racionalidade científica, não reivindica o direito, por natureza, ao governo da sociedade. Ela assume o controle da vida social graças ao poder que lhe confere o conhecimento científico fundado num sistema de racionalidade permitindo-lhe o domínio das coisas. E lança mão dos seguintes meios: da objetividade, da quantificação, da experimentalidade e da lógica da implicação. Ao apropriar-se da racionalidade científica, a burguesia a torna cúmplice do poder. Diria que ela aceita, sem formulá-la, a seguinte forma de pensar: "Uma vez aceitas, as teorias científicas contribuem mais que as outras para reorganizar o domínio do possível, para modificar o domínio do possível, para modificar o modo de considerar as coisas, para fazer aparecerem novas relações ou novos objetos, para mudar a ordem em vigor" (F. Jacob).

Por outro lado, a burguesia está consciente de que viver é lutar. Para sair vencedora, precisa lançar mão dos meios eficazes da ciência. E

para chegar ao controle da sociedade precisa, além de dominar a Natureza, reprimir seus próprios desejos. Eis a condição para que nos tornemos “mestres e possuidores da natureza” (Descartes). Contudo, o que para Descartes era um objetivo do conhecimento, é transformado pela burguesia numa necessidade para se chegar a ele. Como irá proclamar Bachelard em pleno século XX, “o espírito científico deve se formar contra a natureza, contra o que está em nós e fora de nós”. Mas para que a Natureza possa realmente ser dominada, é preciso que ela mude de natureza. Donde a enorme alegria proporcionada pela seguinte descoberta: a Natureza se confunde com a matemática, sua essência se reduz às leis que a regem. Conhecer a Natureza, é conhecer essas leis. E tudo se torna mais fácil quando ela é convertida numa máquina, num gigantesco laboratório.

O Renascimento já contribuiu para a instauração de um abstracionismo geométrico na pintura e para a implantação de um realismo do conhecimento. Elimina cuidadosamente todas as possibilidades da visão inconsciente. As ciências naturais retomam esse mesmo projeto: instauram uma caça ao sensível, porque a racionalidade científica precisa libertar-se de suas contaminações. O espaço abstrato da geometria euclidiana, suplantando o espaço concreto aristotélico, ganha estatuto exclusivo de realidade. Assim, uma das propriedades fundamentais da ciência moderna proclama que só é realidade aquilo que for definido teoricamente num sistema em vias de axiomatização. Enquanto o interesse da ciência cartesiana pelas máquinas é comandado por um desejo de dominar a Natureza e o corpo, a ciência posterior vai caracterizar-se pelo desabrochamento galopante da formalização axiomática e pela realização formalizada da realidade. A consequência de tudo isso é que talvez não se possa mais dizer que a repressão do desejo comanda a demarcação científica. Porque a tendência atual advoga que todo objeto precisa ser posto por uma rede de relações intra-sistêmicas tendo por finalidade criar uma realidade formalizada e desacreditar, por isso mesmo, a pretensa “realidade”. Tenta-se construir o mundo à imagem da Razão. Só se pensa, no real, aquilo que nele foi colocado. Nada é deixado ao domínio do irracional. Enquanto construção racional, a ciência precisa eliminar a irracionalidade de seus materiais de construção. O fenômeno realizado não deve ser perturbado por elementos irracionais. Estes devem ser proscritos do sistema construído.

Estamos diante de um projeto paranóico? Talvez. Porque o projeto ou o sonho de construção de uma realidade totalmente axiomática exige que se possa percorrer todas as ocorrências permitindo a formulação do desconhecido e a previsão de todas as descobertas virtuais. Tal ambição vai encontrar suas raízes no vasto programa da filosofia mecanicista que, ao converter a natureza inanimada em máquina, postula a existência dos animais-máquina, dos homens-máquina e já anuncia a possibilidade de uma sociedade-máquina. Até parece que estamos condenados a ser as futuras

molhas de um mecanismo social cuja **racionalidade** será total. Isto já vem sendo profetizado há muito tempo. É muito ilustrativo, a esse respeito, um texto de J. Novicov, datado de 1910:

A ciência é o que há de mais sublime no mundo. Ela é nossa última instância. Nada há acima dela. Para os espíritos populares, ela é como a mais elevada das deusas. Felizmente, para o gênero humano, o prestígio da ciência aumenta todos os dias. E certamente, quanto mais avançar a civilização, mais ela avançará. Em primeiro lugar, porque a ciência fará descobertas sempre mais numerosas, mais profundas e mais surpreendentes; em seguida, porque os homens, libertados das concepções mitológicas e infantis, terão os espíritos melhor preparados para receber os ensinamentos provenientes de pesquisas positivas, precisas e exatas. A autoridade sem apelo da ciência já não é mais contestada pelo grande público em tudo o que diz respeito aos fatos físicos e biológicos. Em breve, certamente, daremos o último passo, e a autoridade da ciência se imporá de modo completo no domínio dos conhecimentos sociais. Então, chegaremos a fazer uma política racional, como já fazemos máquinas elétricas racionais, porque construídas unicamente sobre dados positivos, e não sobre tendências subjetivas (citado por P. Thuillier, **Le petit savant illustré**, Seuil, 1980, p. 102).

Outros textos poderiam ser invocados para ilustrar o totalitarismo e o operacionalismo da racionalidade científica. Limitemo-nos ao do historiador Ernest Renan que, em **O futuro da ciência**, proclama "o direito que tem a Razão de reformar a sociedade pela ciência racional e pelo conhecimento daquilo que é. Não é exagero dizer que a ciência encerra o futuro da humanidade, que somente ela pode dizer-lhe a palavra de seu destino e ensinar-lhe a maneira de atingir seu fim". Em seguida, explicita o projeto dos cientistas de sua época (século XIX): "**ORGANIZAR CIENTIFICAMENTE A HUMANIDADE**, eis a última palavra da ciência moderna, eis sua audaciosa, porém, legítima pretensão. Somente a ciência pode fornecer ao homem as verdades vitais sem as quais a vida não seria suportável nem tampouco a sociedade possível" (Thuillier, **op. cit.**, p. 103). Ao explicar que "a ciência é o grande agente da consciência divina", Renan está explicitando o que muitos cientistas ocidentais pensam em voz baixa: graças aos conhecimentos científicos, torna-se possível gerar uma humanidade nova e guiar seu desenvolvimento. Os cientistas estão destinados a transformar o mundo. Graças às suas teorias, adquirirão um conhecimento integral do universo. Para tanto, dispõem de uma enorme força prática, proveniente de uma dialética conjugando intimamente o **fazer** e o **saber**. Eles fazem porque sabem. E sabem porque fazem. A síntese final ou ideal, a que manifestará a "perfeição" da ciência, será a construção de um novo

mundo, de um mundo ao mesmo tempo totalmente artificial e humano. Neste momento, a ciência será irrefutável. Reinará uma espécie de transparência. E como o **poder prático** será exercido pelos cientistas e técnicos, desaparecerão as resistências e as opacidades que ainda caracterizam “a realidade”. Então, a **racionalidade científica** deixará de ser uma exigência epistemológica, para converter-se num **estado de fato**, concebido e imposto por uma elite **ad hoc**.

2. Racionalidade científica e “machismo”

Estas observações concernentes aos fatores sócio-culturais determinando a elaboração do projeto da ciência moderna já nos permitem afirmar que, desde o século XVII, todo o universo social torna-se invadido pela **racionalidade científica**; que essa racionalidade se vincula a um sistema de força e de poder; que se converte, enfim, num dos mais poderosos instrumentos servindo ao código da produção. Ora, se “os princípios da ciência moderna foram estruturados **a priori**, como reconhece Marcuse, de tal modo que puderam servir de instrumentos conceituais a um universo de controle produtivo”; e se é verdade que ainda hoje “vivemos e morreremos sob o signo da racionalidade e da produção” (**O homem unidimensional**), não vejo como não se possa ler, nessa racionalidade e nesse universo do controle produtivo, a presença de um código fundamentalmente **masculino**. O que estou querendo dizer é que a ciência moderna, ao elaborar um conjunto de conceitos e um método ambos capazes de promover um universo no qual a **dominação** da Natureza conduza à dominação dos homens, estruturou-se a partir de um princípio de **racionalidade** fundado numa filosofia de caráter nitidamente **patriarcal, masculino e machista**. Os fatores sócio-culturais que tradicionalmente ressaltaram a supremacia do pensamento **masculino** sempre encontraram sua legitimidade na razão, na objetividade, no gosto da eficácia e da dominação. E o que pretendo mostrar é que a ciência moderna se funda sobre esses atributos. Com efeito, desde seu nascimento, ela vem conduzindo a sociedade a colocar seus problemas em termos estritamente **racionais** e a concebê-los em termos de **força, de competição, de controle, de dominação**. Talvez esteja assumindo o risco de levantar hipóteses temerárias. Mas sinto-me fascinado pelo interesse da questão.

Começamos nossa análise dizendo que a ciência já foi muito estudada enquanto fenômeno sócio-cultural. De fato, muito já se interrogou sobre seus pressupostos filosóficos, ideológicos, sobre suas relações com a sociedade, com a técnica e com a indústria. Mas não estou convencido de que os epistemólogos e historiadores das ciências tenham-se preocupado bastante em elucidar uma questão que nos parece merecer certa relevância: seria a ciência uma instituição **masculina** ou **feminina**? Apesar do aparente bizantinismo dessa questão, muito embora possa parecer um

delírio imaginarmos a ciência dependendo de uma análise em termos de sexualidade, nem por isso é desprovido de toda significação um estudo tentando mostrar que a ciência moderna se impôs, no Ocidente, fundada numa ideologia de tipo machista. Com efeito, seu nascimento e desenvolvimento constituem o produto de uma estreita relação dialética com a ideologia dominante do saber. Primeiramente, com a ideologia **naturalista**. Posteriormente, com a **cientificista**.

O cientificismo constitui hoje a última palavra em matéria de ideologia. Porque é a única "idéia" capaz de dominar sem fazer apelo a uma violência exterior. Ele se funda em três artigos de fé fundamentais: a) a ciência é o único saber autêntico, racional e objetivo, por conseguinte, o melhor dos saberes; b) somente a ciência tem condições de responder a todas as questões teóricas e de resolver todos os problemas práticos; c) não somente é legítimo mas desejável que sejam confiados aos cientistas os cuidados de organização e direção dos negócios humanos: morais, políticos, econômicos ou outros. Portanto, para o cientificismo, não somente a ciência fornece a verdade objetiva e racional, mas constitui o verdadeiro conhecimento do real, das leis da Natureza. E a hipótese que levanto é a seguinte: o cientificismo e o machismo científico constituem duas formas da mesma ideologia, de uma ideologia governada por um código fundamentalmente masculino.

É claro que não faltam argumentos tentando provar que a ciência não implica nenhuma ideologia sexista. Entre outros, destacam-se: o blusão branco dos laboratórios apaga, nivela e normaliza os corpos dos cientistas; os testes psicológicos de aptidão intelectual demonstram que os homens e as mulheres possuem o mesmo instrumento cerebral necessário para a prática da ciência; a demonstração empírica alcançada por homens e mulheres revela a ausência de correlação entre sexo e produtividade científica; o testemunho de inúmeros cientistas demonstra que a ciência, para progredir, não leva em conta o sexo de seus operadores. Neste sentido, é bastante ilustrativo o depoimento de Bruno Bettelheim na conferência de abertura do **MIT Symposium on American Women in Science**: "Os problemas científicos são idênticos para os homens e para as mulheres, pois não dependem do sexo do trabalhador, mas da natureza do problema. Assim, corremos o risco de ver as mulheres pretenderem negar o fato de terem sentimentos, sentimentos de mulheres a respeito desses problemas, ou reprimi-los e tentarem enfrentar essas tarefas com a mesma atitude emocional dos homens, que são ativos há muitas gerações. Não deveria ser assim. Ignorar os sentimentos das mulheres sobre esses problemas, pode prejudicar o trabalho a ser realizado e, também, o recrutamento de numerosas mulheres para essas tarefas importantes" (**Women and the Scientific Professions**, MIT Press, 1965). Embora esse tipo de raciocínio introduza certa dimensão feminina na prática científica, a ideologia cientificista

nega que se deva introduzir na demarche científica, sob pena de perturbar sua coerência interna, qualquer conotação sexuada.

No entanto, se analisarmos o projeto histórico da ciência moderna, não podemos negar tenha ele se imposto como um projeto de **dominação**, de **racionalidade**, de **objetividade** e de **apropriação** do real. Tampouco podemos negar que ele vai encontrar seu fundamento último na **idéia verdadeira**, na capacidade que tem a ciência de dizer o que é a realidade e de impor-se eficazmente no que diz respeito aos objetivos a que ela se fixa. E o que afirmamos é que ela se constituiu, não apenas como produção de teorias, mas como **fenômeno de civilização** e como **prática social** encarnando a mentalidade e os valores masculinos da sociedade de então, tendo sua **racionalidade** e **objetividade** permitido aos homens afirmarem ainda mais sua **superioridade cognitiva** sobre as mulheres.

Sob essa forma condensada, tal afirmação pode constituir uma brincadeira de mau gosto ou uma provocação aos defensores de uma concepção da "ciência pura" (fundamental, teórica ou básica). Segundo os "puristas", com efeito, a única motivação da pesquisa científica consiste na curiosidade intelectual, no desejo de conhecimento, na busca desinteressada da verdade. É claro que eles não ignoram o fato de as "pesquisas fundamentais" constituírem um **reservatório** de idéias, de resultados ou de informações permitindo aos cientistas resolverem certos problemas concretos. No entanto, defendem ardorosamente que os cientistas precisam abster-se, para que se torne eficaz a constituição desse reservatório, de todas as idéias preconcebidas sobre o que poderia ser útil aos práticos. Ademais, precisam eliminar, de suas pesquisas, as influências dos fatores sócio-econômico-políticos. E isto, como se pudessem construir seus saberes prescindindo de tomadas de iniciativas, de formulações de hipóteses e teorias, que são construções simbólicas inventadas. Quer os cientistas queiram quer não, suas iniciativas emanam de sua **subjetividade**. Além do mais, quase sempre refletem suas **ideologias** particulares. Historicamente, foi assim que as coisas se passaram. Muito embora possamos reconhecer que a ciência, enquanto conjunto realizado de conhecimentos, constitui a mais impessoal das produções humanas, nem por isso temos o direito de negar esta evidência, reconhecida por Einstein: "considerada como um **projeto que se realiza progressivamente**, a ciência é tão subjetiva e psicologicamente condicionada quanto qualquer outro empreendimento humano" (**Comment je vois le monde**, 1979).

Por isso, não vejo como possa constituir motivo de escândalo a tese segundo a qual a racionalidade científica, em seu processo histórico de realização, não encontra apenas nela mesma sua justificação e a determinação de suas leis, mas encarna toda uma série de **valores** sócio-culturais. Entre estes, destaco os **valores masculinos**. No meu entender, trata-se de uma tese até mesmo bastante interessante e fecunda. Porque nos coloca

diante de uma questão muito intrigante: por que os homens da época moderna tiveram necessidade de recorrer ao poder da racionalidade científica para reforçar e justificar, tanto sua identidade em face do feminino, quanto sua dominação machista ?

Ao analisar os condicionamentos sócio-culturais da "revolução científica" operada no século XVII e, em seguida, solidificada por Newton, podemos interpretá-la fazendo apelo a uma distinção que, a partir dessa época, impôs-se socialmente de modo bastante forte: de um lado, situa-se o **modelo masculino**, identificado com a **razão** e com a **objetividade**; do outro, o **modelo feminino**, identificado com a **subjetividade**. Estes dois modelos podem ser caracterizados pelos seguintes qualificativos contrastados: o homem é **forte e dominador**, a mulher é **fraca e meiga**; o homem é **corajoso e agressivo**, a mulher é **paciente e tímida**; o homem é **ativo**, a mulher é **passiva**. Revigora-se, assim, a velha distinção cultural entre, de um lado, o homem forte, dominador, corajoso, ativo, criador, inteligente e racional, do outro, a mulher fraca, meiga, paciente, passiva, intuitiva, pouco inteligente, subjetiva e pouco racional. O objetivo último dessa distinção é o de reafirmar a incontestável "**superioridade**" do homem sobre a mulher no plano do conhecimento. Trata-se de uma "**superioridade**" que, tendo sido aceita historicamente como verdade **de fato**, precisava agora ser justificada **de direito**. E nada melhor para fundá-la e legitimá-la que a ciência praticada pela Razão masculina. Doravante, a ciência não responde mais ao desejo socrático de conhecimento, mas passa a funcionar como instância de **uma** produção (produção da verdade), colocando-se logo a serviço de uma instância mais fundamental e superior: a da Produção. Simone de Beauvoir reconhece o caráter masculino da racionalidade científica, na medida em que ela encarna as virtudes viris de objetividade, de dominação e de força: "A religião da mulher estava ligada ao reino da agricultura, ao reino da duração irredutível, da contingência, do acaso, da espera e do mistério. O reino do **homo faber**, ao contrário, é o reino do tempo que podemos vencer como o espaço, da necessidade, do projeto, da ação e da razão" (*Deuxième Sexe*).

Ora, se o homem é **ativo** e a mulher **passiva**, somente ele pode ser verdadeiramente **criador**. Eis uma mensagem cultural bastante antiga, retomada pelos Tempos Modernos. Com efeito, em sua célebre teoria hilemórfica, Aristóteles já constata que é o macho que dá **forma** ao sangue fornecido pela fêmea (*matéria*). Sendo assim, diz ele: "A fêmea, enquanto tal, é passiva; o macho, enquanto tal, é ativo". E acrescenta: "A fêmea, por assim dizer, é um macho mutilado" (Freud dirá que nenhuma mulher escapa ao inelutável complexo de castração provocado pela descoberta de que ela é privada do pênis). A conclusão de Aristóteles não podia ser outra: "A relação do macho com a fêmea é **naturalmente** (quer dizer, por natureza) a relação do **superior** com o **inferior**". No que se refere às

relações do homem com a mulher, essa concepção grega, predominante também em toda a Idade Média, não somente é retomada mas fortalecida pela ciência moderna. Porque somente a ciência está aparelhada para **dominar** o real, conhecê-lo racional e objetivamente e, por conseguinte, apropriar-se dele. Com efeito, a partir do momento em que a ciência moderna começou a institucionalizar-se e a impor-se socialmente, seus promotores enfatizam seu caráter fundamentalmente **masculino**. Ela veio “promover uma filosofia masculina”, reconhece o físico inglês Henry Oldenburg (século XVII). Veio conceber a **matéria** como um “princípio feminino” sobre o qual o homem pode exercer sua dominação (notar a semelhança com a tese aristotélica), afirma o outro físico inglês Roberto Hooke (século XVII). Já em pleno século XIX, Francis Galton, considerado o “gênio vitoriano” e criador do eugenismo, proclama sem nenhum constrangimento a **inferioridade natural** (por natureza, como dizia Aristóteles) da mulher. É por esta razão, explica, que “os cientistas têm pouca simpatia pelo modo feminino de pensar”.

Inúmeras outras citações poderiam ainda ser invocadas. Estas, porém, já são suficientes para ilustrar a existência de um consenso, entre os cientistas, na defesa da seguinte posição: as mulheres não possuem a necessária capacidade intelectual para o empreendimento científico. E o que eles alegam é que o órgão produtor de conhecimentos é, por excelência, o **cérebro**. E este, desde os tempos de Aristóteles, sempre foi considerado um órgão tipicamente masculino. Ora, se o homem é, antes de tudo, um cérebro e uma razão, somente ele tem capacidade para a prática da ciência. Não sendo, por natureza, cerebral e racional, a mulher só pode ser caracterizada pelo sexo e pela sensibilidade. Esta tese pretensamente científica encontra-se sintetizada num texto médico publicado em 1659 (citado por P. Thuillier, **La Recherche**, fevereiro de 1982, p. 236): “As mulheres, por causa de seu sexo frio e úmido, não podem ser dotadas de um juízo tão profundo quanto os homens. De fato, constatamos que elas são capazes de ter conhecimentos sobre assuntos fáceis, mas raramente conseguem ir além das noções superficiais quando se trata de ciência profunda”. Também o filósofo e físico Malebranche aceita a inferioridade “natural” da inteligência feminina (século XVII), desprovida que é do vigor mental necessário para penetrar no fundo das grandes questões. Poderíamos condensar o testemunho de inúmeros cientistas e filósofos dessa época nas seguintes afirmações de caráter machista: as mulheres são instáveis, levianas, emotivas, intuitivas e deixam-se levar pelas emoções; os homens, ao contrário, pensam serenamente, de modo eficaz, profundo, racional, objetivo e dominam suas emoções.

A raiz profunda dessa “superioridade” masculina no plano do saber deve ser buscada na tradicional forma do **exercício do poder** por parte dos homens. A ciência moderna vem constituir um excelente instru-

mento de manutenção do **poder**. O saber pré-moderno ainda não é suficientemente **poderoso** para assumir os caracteres típicos da masculinidade. O modelo do macho ativo se encarna mais claramente na ciência com o advento do primeiro capitalismo e a conseqüente ascensão dos comerciantes, dos empresários, dos engenheiros e dos banqueiros. Quando Bacon afirma que o saber é indissociável do poder, e quando Descartes proclama que a ciência nos converte em senhores da natureza, estão lançando as bases modernas de uma valorização sistemática das virtudes masculinas no campo do saber e, por conseguinte, caucionando "cientificamente" a supremacia da inteligência dos homens. Porque, doravante, todo o progresso da ciência fica subordinado às suas características fundamentais de racionalidade, de objetividade, de dominação, de rigor, de eficácia e de realismo. E tais características são proclamadas como exclusivas do sexo forte. Neste sentido, o racionalismo cartesiano pode ser considerado como espécie de masculinização do pensamento. Ele situa a Razão e a inteligência acima da simples "sabedoria" e da mera "afetividade". E a dominação capitalista, ao apropriar-se da racionalidade científica, reforça a dominação da mulher pelo homem. Para manter-se, essa dominação não precisa ser unicamente repressiva. Ela se exerce de modo produtivo e transformador. O modo como a ciência exerce seu **poder** está baseado em sua eficácia produtiva e em sua riqueza estratégica: ela produz o real. A este respeito, Michel Foucault descreve os efeitos do poder, não de modo negativo, enquanto exclui, reprime, recalca, censura ou mascara, mas de modo positivo, enquanto, "de fato, o poder produz, produz real, produz domínios de objetos e rituais de verdade" (*Surveiller et punir*, 1975).

Enquanto eficácia produtiva, a ciência moderna se funda numa "filosofia experimental" tornando-a um negócio de homens. Dois anos após a fundação da **Royal Society of Sciences** de Londres, seu secretário-geral Henry Oldenburg mostra necessidade de se promover uma "filosofia masculina", não somente para justificar racionalmente a superioridade da inteligência masculina, mas para poder operar segundo o **modelo mecanicista** exigido pela ciência. O objetivo desse modelo é o de desfeminizar a "Natureza" para, em seguida, refeminizá-la. Vejamos duas maneiras como se deu esse processo.

a) a ideologia dominante do saber amálgama os dois dualismos tradicionais: **subjetividade/objetividade** e **razão/natureza**. Os dois dualismos, sujeito/objeto e razão/natureza, não se recobrem totalmente. Pelo contrário, a razão se situa do lado da objetividade e se apresenta como alternativa para a subjetividade. A razão ordena e domina a Natureza, além de dominar os sentimentos e as paixões. O resultado desse amálgama é o seguinte: de um lado, situam-se a Razão e a Objetividade; do outro, a Natureza e a Subjetividade. Ao mesmo tempo, a Natureza é tomada como a realidade objetiva, enquanto a Razão é deslocada para o lado do sujeito.

No entanto, apesar desses dois dualismos, convém lembrar que a objetividade prevalece, de direito, sobre a subjetividade, e que a razão prima, também de direito, sobre a Natureza. A subjetividade e a Natureza possuem um lugar subordinado. Assim, enquanto **sujeitos** subjetivos, nos submetemos à realidade objetiva. Enquanto **sujeitos racionais**, porém, dominamos a Natureza e a submetemos a nós. Não se identificam os sujeitos que se submetem e que submetem. Numa palavra, esse amálgama de dualismos se explica pelo papel ideológico que desempenha na justificação e na conservação das estruturas sociais.

b) de realidade inquietante, viva, exuberante, dotada de espontaneidade, rica em forças "ocultas" e "misteriosas", a Natureza passa a ser encarada, pela filosofia racionalista, como uma espécie de mecanismo, de máquina e de matéria em movimento. De "Dama Natureza" ou de força criadora, passa a ser estudada como uma gigantesca máquina cujas leis de funcionamento são descobertas por uma filosofia masculina. Evidentemente, na origem de tudo, impõe-se a presença de um Criador, também Ele do sexo masculino, de nome "Deus Pai". De posse de tal concepção, a ciência moderna espera ter decretado o fim da era dos feiticeiros e da magia. Ela progrediu em virtude da eficácia crescente de sua racionalidade. Liquidou, teoricamente, com as objeções de seus opositores. E se triunfou assustadoramente, foi porque seu método conferiu àqueles que o empregaram um poder sobre os que o ignoravam. Os pioneiros da racionalidade científica maldiziam os dogmas tradicionais, ridicularizavam as superstições populares, combatiam a religião e os feiticeiros, que acusavam de manterem a ignorância das massas. No fundo, esperavam que uma vitória final da ciência e da razão viria suprimir para sempre os estragos da desrazão, da mistificação e do engodo organizado. Portanto, estaria instaurado o reino da racionalidade, da positividade, da eficácia e da dominação. E a ciência teria ingressado, enfim, na era da **virilidade** propriamente cognitiva. Teria alcançado sua maturidade masculina, seu pleno vigor, sua plena possibilidade de dominar as coisas e de submetê-las aos ditames da Razão.

Como se pode notar, o projeto dos cientistas consiste em dominar, possuir e submeter a Natureza ao controle de suas diretrizes racionais e, também, de seus desejos. Trata-se de diretrizes e de desejos masculinos, veiculados por uma ideologia machista. O alcance dessa ideologia pode ser compreendido mediante uma metáfora: a metáfora da "**penetração**". Ela nos revela que os cientistas devem **penetrar** no seio da Natureza, devem **desnudar** suas profundezas e **desvendar** seus mistérios. Tais imagens não são inocentes. Foram muitas vezes utilizadas para louvar a chamada "coragem viril" e, conseqüentemente, demonstrar que as mulheres são mais desprovidas de faculdades criadoras, possuem um espírito nitidamente inferior ao dos homens.

Por que os homens tiveram tanta necessidade de proclamar, baseando-se numa "filosofia masculina", seu "poder intelectual supe-

rior" ? Creio ser porque seus discursos reclamavam-se da racionalidade científica. Quanto às mulheres, sua capacidade intelectual não poderia alcançar o nível da objetividade. E tais afirmações se fundam na ideologia dominante machista e patriarcal. Essa ideologia já vinha dominando, há milênios, as sociedades. A sociedade moderna não a expurgou. Passou a justificá-la de outro modo. Mas por que os modernos estavam empenhados em salvar sua virilidade? Se a proclamavam com insistência, é porque percebiam-na ameaçada. E o que poderia constituir uma ameaça à "virilidade" masculina, senão a situação concreta das relações sexuais entre homens e mulheres? A este respeito, os **preconceitos** da época eram aceitos por todos como "verdades" e como "valores" universais. Até mesmo as autoridades religiosas, os médicos, os dramaturgos e os escritores estavam de acordo quanto à superioridade do homem. Entre todos havia um consenso quanto ao fato de serem as mulheres, quando entregues a elas mesmas, "pessoas" sexualmente insaciáveis. E os homens passam a ter medo de não conseguirem satisfazer aos apetites dessas criaturas eminentemente carniais. Receiam que, no leito, sua virilidade fique inexoravelmente à mercê dos apetites femininos. Neste domínio, passam a ter consciência de sua inferioridade. Por isso, começam a vangloriar-se da superioridade incontestada de seus cérebros. Para compensar a chamada "fragilidade do pênis", os homens aprimoram algumas estratégias defensivas a fim de afirmarem sua superioridade. Uma dessas estratégias consiste em denunciar o caráter vil e degradante daquilo que passou a ser chamado de ninfomania. Outra estratégia consiste em recorrer e reforçar o velho tema do homem **ativo** e da mulher **passiva**: o que esta pode fazer, no domínio das relações sexuais, é responder aos desejos de seu senhor e mestre.

Todavia, diferentemente do mundo feudal, no qual o homem demonstrava sua virilidade guerreando com coragem ou ganhando torneios, o mundo novo (de empresários, engenheiros e cientistas) tem necessidade de inventar novas formas para assegurar a dominação e fundamentar a superioridade masculina. Nenhuma delas suplanta a **racionalidade científica**. Pois é graças a ela que o homem se torna muito mais eficaz em seu projeto de dominação da Natureza e garante a "virilidade" de sua Razão. Fazer ciência constitui um modo privilegiado de assegurar a superioridade masculina e de manter as mulheres em seu tradicional estado de submissão. Daí por diante, passa-se a recusar sistematicamente, no campo do conhecimento científico, toda uma série de valores que, segundo a ideologia machista, deveriam ser relegados ao domínio do feminino: subjetividade, intuição, ternura, emoção, sensualidade, gosto das relações propriamente humanas etc. Instauram-se os esboços de um verdadeiro processo inquisitorial contra as possíveis infiltrações, no saber científico, dos sentimentos, das necessidades, dos desejos, numa palavra, do **vivido** e de todas as suas manifestações. Inaugura-se o culto da racionalidade científica. Tal culto leva a sociedade a colocar todos os seus problemas em termos

estritamente “racionais”, “objetivos” e “realistas”. Faz ainda com que ela conceba seus problemas em termos de poder, de relações de força e de competição. Donde a necessidade de se reprimir a espontaneidade afetiva. Até mesmo as relações amorosas passam a ser fundadas na necessidade incessante de conquistar, de sobrepor-se e de ser mais forte. Culturalmente, é reforçada a imagem da mulher como criatura meiga, acolhedora, maternal e devotada. O papel esperado das mulheres situa-se do lado da instabilidade, da falta de controle e das condutas de submissão. Tais estereótipos são muito mais rígidos do que as condutas reais. E só lentamente acompanham a evolução histórica dessas condutas. A este respeito, duas teorias “científicas” tentaram mais tarde, cada uma a seu modo, elucidar os fundamentos do papel feminino: a **psicanalítica** e a **marxista**.

a) A **teoria psicanalítica** pretende elucidar as intrincações dos papéis masculino e feminino. Não vamos analisá-la em toda a sua complexidade. Daremos apenas algumas indicações. Todos sabem que Freud confere um privilégio todo especial às mulheres, mas somente às que são histéricas. Baseando-se em suas experiências com as histéricas, afirma que nenhuma mulher escapa ao complexo de castração. E o que produz tal complexo é a descoberta traumática da ausência do pênis. Portanto, é sobre “a inveja do pênis” que Freud funda sua teoria da psicologia feminina.

Ao criticar essa posição, na qual está implicada a ciência, Simone de Beauvoir escreve: “Os psicanalistas consideram que a verdade primeira do homem consiste em sua relação com seu corpo próprio e com o corpo de seus semelhantes no interior da sociedade. Mas o homem é portador de um interesse primordial pela substância do mundo natural que o cerca e que ele tenta descobrir através do trabalho, do jogo e de todas as experiências da imaginação dinâmica. O homem pretende encontrar concretamente a existência por meio do mundo todo, apreendido de todos os modos possíveis” (*Le Deuxième Sexe*, 1949). Dando um passo à frente, o problema que se coloca é o seguinte: se a ciência constitui um dos modos de responder à interrogação existencial do homem, pelo conhecimento do “mundo natural”, teria também a mulher condições de fazer uso dela? Colocada de outra forma, desta feita enfocando o problema da **alienação** (tendência dos indivíduos a se procurarem nos objetos conhecidos e produzidos), a questão é a seguinte: possui a alienação um fundamento psicanalítico idêntico para o homem e para a mulher? A resposta de Simone de Beauvoir é afirmativa. Ela vai opor ao complexo de castração a necessidade, para a mulher, de libertar-se historicamente de abandonar sua condição de Outro (de objeto) e afirmar-se como **sujeito** alienável a equivalentes do fálus: “Os primitivos se alienam no maná, no tótem; os civilizados, em sua alma individual, alienam-se em seu **ego**, em seu nome, em sua propriedade e em sua obra. O pênis desempenha adequadamente, para o menino, esse papel de “duplo”. Privada desse **alter ego**, a menina não se

aliena em algo apreensível, não se recupera. Sendo assim, ela se vê obrigada a fazer-se objeto, a afirmar-se como o Outro... Se a mulher conseguisse afirmar-se como **sujeito**, inventaria equivalentes do fálus. E a psicanálise só encontraria sua verdade no contexto histórico" (*Ib.*).

Bem mais crítica é a posição assumida por Kate Millett (*La politique du mâle*, Stock, 1971). Para ela, Freud é o pai da contra-revolução sexual. Ele rejeitou a hipótese segundo a qual a mulher só invejou o fálus por causa da força simbólica de que se encontrava investido num mundo dominado pelos homens. Ademais, Freud confunde costume e caráter inerente; confunde biologia e cultura; confunde anatomia e situação. E aceita tranquilamente a dominação masculina sobre os modos culturais e sobre a Natureza. E ao defender que a capacidade cultural de um indivíduo é determinada pela quantidade de libido sublimada, conclui que a mulher possui uma libido reduzida e uma limitada capacidade de sublimação. Daí a tese segundo a qual seu esforço em querer contribuir intelectualmente para a civilização só poder levá-la à neurose. A mulher teria que aceitar seu **destino biológico**, vale dizer, conformar-se com os três componentes fundamentais da estruturação de sua personalidade: **passividade**, **masoquismo** e **narcisismo**. Porque esses são os traços constitucionais, segundo Freud, da natureza orgânica feminina. Toda reação contrária a esses traços só conduz a um "complexo de masculinidade".

Negando a validade dessa posição de Freud, que estaria fundamentada em argumentos científicos, Kate Millett percebe nela, embora de modo um tanto exagerado, a ideologia científicista: "A influência da psicanálise vai descobrir algo de mais eficaz ainda que a inveja do pênis: o método que consiste em unificar, de um lado, a definição cultural da masculinidade e da feminilidade, do outro, a realidade genética dos caracteres macho e fêmea... Agora, torna-se possível afirmar **cientificamente** que as mulheres são, por natureza, submissas, e os homens, dominadores" (*op. cit.*). Não se deve exagerar a influência da ideologia científicista nos efeitos culturais da psicanálise, porque seu estatuto de cientificidade ainda se presta a discussões. Aliás, o pensamento freudiano sobre a mulher nada mais faz que cristalizar a ideologia machista de vários milênios, assegurando a glorificação do fálus.

b) **A teoria marxista**, diferentemente do socialismo utópico de Fourier e de Saint Simon, assegurando um lugar importante, em seu projeto de sociedade, aos aspectos "femininos" da natureza humana (sentimentos e imaginação), pretende estar fundada em bases **científicas**. Enquanto tal, reforça os temas tradicionais do pensamento "masculino": razão, objetividade, gosto da eficácia, da força e da dominação. Contrariamente aos utopistas, vendo na emancipação das mulheres um **meio** de se construir uma sociedade melhor e mais justa, o materialismo histórico de Marx e Engels sustenta que tal emancipação não constitui a **causa** da libertação

geral, mas tão-somente sua "medida natural". Porque as instituições humanas não constituem o fruto de nenhuma determinação. Pelo contrário, são susceptíveis de transformações radicais. Nesta perspectiva, relativamente à luta de classes, fundamental, a situação das mulheres é secundária. Aliás, trata-se de uma situação bastante antiga, como constata Engels ao analisar a condição feminina no regime patriarcal: "A primeira oposição de classe que se manifesta na história, coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento conjugal; e a primeira opressão de classe, coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino" (**A origem da família**).

Ainda segundo Engels, o advento do patriarcado coincide com o nascimento da propriedade privada e com o surgimento do processo de produção. E a causa que assegurava a autoridade da mulher no lar é a mesma que passa a garantir a preponderância do homem: o trabalho **produtivo** do homem anula o trabalho caseiro da mulher. "Eis a grande derrota histórica do sexo feminino", declara Engels. Instaure-se, então, a monogamia, esta primeira forma de família baseada, "não em condições naturais, mas em condições econômicas, ou seja, na vitória da propriedade privada sobre a propriedade comum, primitiva e espontânea". Portanto, a relação do homem com a mulher é a de uma classe com outra. Para libertar-se, a mulher tem que aceder ao econômico. Conseqüentemente, tem que lutar pela abolição da propriedade privada e do patriarcado sobre o qual ela repousa.

No entanto, esse tipo de emancipação feminina não vai ao fundo da ideologia machista em matéria de conhecimento. É certo que Engels e Marx percebem a dimensão sexista na divisão do trabalho **para** a produção. Todavia, ao criticarem o **modo** de produção, não questionam seu **princípio**. É nele que se encerra a dimensão machista. Porque o código da produção, imanente ao socialismo "científico" e às ciências econômicas que ele critica, funda-se num **código masculino** susceptível de criar um obstáculo estrutural à integração e à integridade da mulher no sistema sócio-econômico-político. Tal código percorre o mesmo caminho que historicamente os homens seguiram em seu desejo de alienação a objetos. Assim, a emancipação feminina postulada pelo socialismo "científico" ainda permanece atrelada a valores masculinos, a esquemas prometéicos e faustianos enraizados no patriarcado capitalista e desenvolvidos pela racionalidade científica.

*

À guisa de conclusão, levanto a perspectiva possível de superação da ideologia machista em matéria de ciência. Ora, se o código da produção é masculino, se constrói uma barreira **estrutural** à "integração"

da mulher, de modo ativo, como sujeito, no sistema sócio-econômico-cultural, talvez ela precise desposar o código desse sistema, correndo o risco de perder boa parte de sua identidade, se é que não pretende ficar prisioneira de seu tradicional estado de submissão. Deverá ela fazer da ciência o instrumento de sua “libertação”? Talvez. Contanto que a ciência deixe de significar um instrumento do **poder** de homens sobre outros homens, bem como um saber constituído a serviço da **produção**. Não resta dúvida de que os cientistas contribuem bastante para a perenidade de uma civilização encerrada no triângulo **poder-produção-fálus**. Se inúmeras mulheres acedessem à racionalidade científica, certamente contribuiriam para a mudança desse sistema. Elas teriam que adotar **ativamente** o código masculino em suas práticas sociais. É muito difícil. Mas abririam o caminho de uma ciência nova.

A este respeito, parece bastante fecunda a perspectiva aberta por Marcuse. Ao proceder a uma crítica social do saber científico, confessa não acreditar que a visão “masculina” do mundo, proposta pela ciência (sempre ampliando o poder do homem, engajando-o num ativismo crescente e sonhando com dominação e conquista), seja capaz de levar a humanidade à paz, ao desabrochamento e à felicidade de viver: “a ciência, por causa de seu método e de seus conceitos, promoveu um universo no qual a dominação da Natureza permaneceu ligada à dominação do homem”. Donde sua postulação de uma “nova ciência”, para que tenhamos um mundo mais humano. Este não pode continuar a ser dirigido por um princípio predominantemente masculino. Este princípio encarna a dominação. Seria mais humano se incorporasse o princípio feminino, com suas promessas de paz, de alegria e do fim da violência. Porque a ciência não pode separar-se da história da humanidade. E a Natureza precisa ser humanizada pela ciência. Se continuar a ser desumanizada, é porque se optou por um tipo de sociedade cada vez mais **controlada** ou de tolerância repressiva. Nela, o homem se descobrirá em breve convertido em mero produto submetido a diversos tipos de controle e de planificação, ficando alijado da responsabilidade por seu próprio pensamento. Ora, se o homem desaparece, só lhe resta o **destino**. Existir, para ele, significa apenas ser pressionado pela urgência do tempo, num mundo que não mais domina, onde não se sabe mais quem ele é nem tampouco como pode falar, embora se veja forçado a inventar algo para fazer e sobre o quê pensar, a fim de continuar tendo a ilusão de ser livre. Donde a necessidade de uma **nova ciência**, senão “feminina” (como postula Marcuse), pelo menos não governada por um “princípio macho”. Isto viria possibilitar a superação da contradição entre o homem e a mulher que, segundo Simone de Beauvoir, é uma “contradição tão primitiva e fundamental quanto qualquer outra. Afinal de contas, é uma metade da humanidade contra a outra. A meu ver, é tão importante quanto a luta de classes” (Entrevista a **Spare rib**, março de 1977). “Tanto

as mulheres quanto os operários são oprimidos" (*Le Deuxième Sexe*). Seria tudo isso uma utopia ? Talvez. Sobretudo numa sociedade ainda bastante patriarcal, onde o apelo aos sentimentos constitui sinal de incurável fraqueza, onde se postula que somente a virilidade, a força, a eficácia e a racionalidade constituem fatores de "progresso". Mas quem nos garante que tal "filosofia" seja tão racional assim ? Utopia por utopia, por que não se levar a sério a utopia "feminina" ? Certamente ainda faz sentido, hoje, a proclamada por Fourier em 1808: "Os progressos sociais operam-se em razão do progresso das mulheres em direção à liberdade. E as decadências de ordem social operam-se em razão da diminuição da liberdade das mulheres" (*Théorie des quatre mouvements et des destinées générales*).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- EASLEA, B., *Science and sexual oppression. Patriarchy's confrontation with woman and nature*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1981.
- MILLETT, K., *La Politique du mâle*, Paris, Stock, 1971.
- ROWBOTHAM, S., *Conscience des femmes, monde de l'homme*, Paris, 1976.
- ROCHEBLAVE-SPENLÉ, A. M., *La Femme dans la Société*, Paris, PUF., 1967.